

A ANTROPOLOGIA E A NOVA MUSEOLOGIA

MÁRIO CANOVA MOUTINHO (*)

Desde há cerca de vinte anos, que uma nova prática museológica faz apelo às populações locais, no quadro de projectos culturais, com o objectivo de melhorar material e culturalmente as condições de vida.

Esta museologia é denominada correntemente por Nova Museologia ou Museologia Comunitária ou ainda Museologia de Desenvolvimento. Apesar de se estar em presença de um processo relativamente recente, é já possível isolar alguns dos seus aspectos específicos, por forma a esclarecer a sua posição face à museologia tradicional.

Em primeiro lugar, devemos considerar que os produtores da nova museologia são os membros de cada comunidade, ou sectores da sua população, que se agrupam com o fim de promover projectos que correspondem aos seus interesses comuns.

Por outro lado, o novo museu intervém num território que engloba os patrimónios físicos e humanos inerentes a cada um desses projectos.

A articulação entre os produtores e os territórios abrangidos pela sua acção permite definir a área de influência de cada novo museu, a qual varia consoante os diferentes períodos da sua actividade. Esta área de influência, que é portanto evolutiva, exprime, através das suas condições de formação, as contradições sociológicas da comunidade onde cada processo se desenvolve.

O desenvolvimento de cada projecto, no quadro desta museologia, implica a sua análise científica e uma troca de informação muito desenvolvida. Estas duas acções, que utilizam em particular os meios próprios da museografia, estimulam por sua vez entre os intervenientes uma situação de *formação permanente* que se tem revelado ser um dos aspectos mais significantes da nova museologia. Com efeito, a formação permanente é a verdadeira condição de base que permite a um dado

(*) Professor auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa.

grupo comprometer-se conscientemente numa acção e exercer em consequência o direito de decisão.

É neste ponto que a distância em relação à museologia tradicional se revela ser a mais importante.

Lembremos também que a museologia tradicional é essencialmente obra de uma elite política, cultural e económica, que se exprime através dos seus especialistas, e que tem por objectivos segundo a própria definição do ICOM (Conselho Internacional dos Museus): reunir, conservar, estudar e expor para fins de educação, lazer ou de animação, colecções de bens culturais e materiais. A colecção é, assim, a base da museologia tradicional, cabendo aos conservadores, técnicos de museografia e investigadores, todo o controle de criação e manutenção de cada museu. O público, por seu lado, tem apenas um papel passivo em todo este processo. A modernização de que têm sido objecto tantos museus tradicionais e que se manifesta, por exemplo, pela introdução de novas tecnologias e pela organização de programas de extensão cultural não se deve assim confundir com o projecto da nova museologia que, como referimos, se orienta para uma emancipação consciente dos grupos sociais que lhe dão vida, na busca de soluções aos problemas do seu quotidiano.

Note-se, no entanto, que a nova museologia não pretende ser o único instrumento de desenvolvimento comunitário. Antes pelo contrário, reconhece-se como uma das instituições que desde sempre o homem criou com vista à gestão dos seus desejos, dependendo, em parte, a sua eficacidade de um correcto relacionamento com o meio em que se insere.

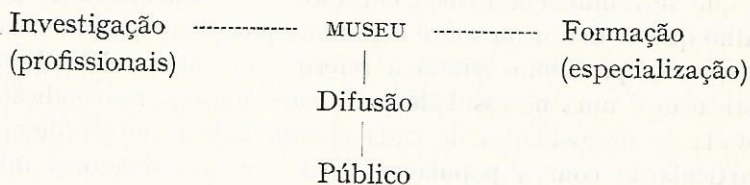
É neste quadro que podemos agora analisar as condições de produção científica do novo museu, salientando a produção científica na área da antropologia.

Os laços profundos entre a antropologia e a museologia tradicional são por certo reconhecidos unanimemente. Lembremos apenas os gabinetes de curiosidades fundados desde o século XVII nas cortes europeias, como consequência das descobertas, e nos quais se revelava ao Ocidente a existência de uma humanidade complexa e frágil. Nesse conhecimento de natureza essencialmente etnográfica, foi possível fundar as bases da antropologia do século seguinte à qual ficaram ligados pensadores como J. J. Rousseau ou Buffon. Mais tarde, com a criação dos grandes museus nacionais como, por exemplo, o Museu Etnográfico do Trocadero, os museus de história natural de Washington e New York,

o Museu Nacional do Rio de Janeiro ou ainda o Museu Real de Etnografia de Berlim, muitos dos problemas de fundo da antropologia moderna ganharam uma relevância até então desconhecida. Nessa época, as associações para o progresso da ciência e as sociedades de etnologia e de antropologia tiveram um papel de primeiro relevo na ligação entre o pensamento antropológico, as instituições museológicas e a universidade. Pode-se afirmar que todos os grandes nomes da antropologia moderna fizeram uma grande parte da sua formação científica no quadro dessas instituições museológicas. As noções de área cultural e as metodologias de análise comparativa e descritiva resultam, antes de tudo, de uma problemática própria aos museus.

Actualmente, muitos museus nacionais e regionais de etnologia continuam a participar activamente na investigação científica, organizando programas de investigação próprios ou em colaboração com a universidade, mantendo um papel preponderante na formação dos antropólogos e na difusão do saber antropológico.

Neste processo, no entanto, o poder de decisão cabe exclusivamente aos profissionais da investigação ou da museologia, enquanto que as populações etnologadas apenas ocupam um papel passivo de informadores. Este processo pode resumir-se no seguinte esquema:



No quadro da nova museologia podem assinalar-se algumas transformações quer na relação entre a antropologia e a museologia, quer nas condições da produção do conhecimento antropológico, quer ainda na função que esse conhecimento exerce em relação às populações que são objecto da análise antropológica.

Assim, a investigação aplicada aos projectos que se desenvolvem no novo museu fornece à comunidade um conhecimento diversificado sobre o qual se podem fundamentar decisões, na medida em que as áreas de investigação prioritárias são definidas em função dos problemas inerentes a cada projecto. Esta situação não restringe a liberdade dos investigadores, antes pelo contrário pode abrir domínios e perspectivas desprezados até aí pela antropologia. Um plano de investigação devi-

damente elaborado constitui um duplo factor de desenvolvimento, pois fomenta a reflexão colectiva ao mesmo tempo que introduz na comunidade uma situação de formação permanente. Ao criar meios de trabalho, o novo museu abre novas perspectivas aos investigadores locais, detentores ou não de formação universitária, fomentando a complementaridade entre a investigação universitária e extra-universitária.

Por outro lado, a existência de estruturas de investigação a nível local, orientadas para o conhecimento de uma área restrita, permite o aprofundamento das investigações e assegura a sua continuidade ao longo dos anos.

O fundo de documentação local, instrumento de grande importância neste processo, não só facilita o acesso a todo um conhecimento evolutivo sobre cada área, como também evita a dispersão dos estudos efectuados.

A noção de trabalho de campo como hoje é prática corrente (Cidade — Campo — Cidade) é posta em questão, na medida em que a comunidade assume a responsabilidade do seu «auto-conhecimento», reconduzindo assim a antropologia ao meio que lhe dá vida.

A relação entre o novo museu e a investigação científica foi objecto de uma vasta reflexão durante o II Atelier Internacional da Nova Museologia que se reuniu em Lisboa em 1985. As conclusões do grupo de trabalho que se debruçou sobre este tema puseram em evidência alguns dos aspectos que temos vindo a referir. Foi assim defendido que a investigação é uma necessidade para estes museus na condição de ser adaptada às necessidades de cada comunidade e de ser desenvolvida em articulação com a população local por investigadores integrados na área de influência do museu. Os investigadores locais ou exteriores devem assegurar igualmente um papel de mediadores. A participação local, que se materializa em particular pela organização de equipas locais, deve ser considerada como essencial no domínio do trabalho científico e agir como base de um processo de formação permanente. Enfim, a investigação deve ser acompanhada de acções de restituição tanto no domínio da execução como no da exploração dos conhecimentos adquiridos.

Neste sentido pode afirmar-se que a Nova Museologia, praticada nos termos em que foi definida, contribui para o desenvolvimento da antropologia e coloca o Novo Museu num espaço privilegiado de reflexão e de trabalho.